



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALADARES

REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS

COMUNS

DE

AVALIAÇÃO



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	2
2. IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO AGRUPAMENTO	3
2.1 AVALIAÇÃO FORMATIVA	4
2.2 PROCESSOS DE RECOLHA DA INFORMAÇÃO	4
3. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO	6
4. AVALIAÇÃO SUMATIVA	9
5. CONCLUSÃO	10

INTRODUÇÃO

As Escolas têm de assumir a responsabilidade de garantir que todos os seus alunos tenham sucesso. Isto significa que todos os alunos deverão desenvolver competências que lhes permitam prosseguir as suas vidas.

«É para nota?» (...) «Não. É para aprender.»¹

Percorrendo o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória e os DL 54 e 55 de 2018, procurou-se, com esta redefinição da política de avaliação das aprendizagens das crianças e dos jovens, não rasgar o passado, mas ver nele o motor para a mudança. A prática da avaliação, à luz dos critérios estabelecidos em anos anteriores, foi criando insatisfação e até frustração no avaliador e no avaliado. O novo modelo de educação e ensino centra-se no aluno e nas suas aprendizagens, convocando todos os envolvidos na procura de novas formas de conduzir os desígnios da Escola: espaço de inclusão, fonte de reflexão e de humanismo.

O presente documento, tendo por base o Projeto Educativo, foi desenhado sob a influência literária do professor Domingos Fernandes e após apropriação de conceitos e orientações emanadas do Projeto MAIA.

Assumindo esta mudança de paradigma em que o lema passa a ser “avaliar para aprender”, o Agrupamento de Escolas de Valadares é desafiado a adotar uma prática de avaliação escolar que reflita os seus princípios inabaláveis:

- Melhorar o sucesso educativo;
- Valorizar a diversidade e fomentar a inclusão.

O respeito por estes princípios é intrínseco ao cumprimento dos objetivos do Projeto Educativo de que são exemplo a promoção da equidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo de todo o percurso, e a promoção da participação dos alunos na vida da escola e no seu processo educativo, independentemente da sua origem social, idade, género, origem étnica ou crença. A escola chega a todos e a cada um, por forma a minimizar os enviesamentos que a sociedade, por si só, gera.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O Projeto Maia pretende o desenvolvimento da melhoria das práticas pedagógicas nas escolas e dos professores para, conseqüentemente, se conseguir um melhoramento das aprendizagens dos alunos. A educação deve ter como objetivo Aprender a Pensar. Pretende-se uma conceção de currículo que se vai desenvolvendo e reconstruindo conforme a necessidade das capacidades dos alunos. A escola deve ter como base o Aprender a Conhecer, a Pensar, a Ser, a Viver e a Estar.

Para desenvolver esta escola focada nos alunos, há a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas e clarificar conceitos estruturantes. Assim:

¹ Sebastião da Gama (1958), *Diário*

A **Avaliação Pedagógica** pretende contribuir para transformar e aperfeiçoar as práticas de avaliação e de ensino nas escolas portuguesas, tendo como principal centro de interesse a melhoria das aprendizagens dos alunos.

Na **Avaliação Formativa** avaliam-se as aprendizagens, recolhendo informações de forma contínua, para que os alunos se situem relativamente às suas aprendizagens e recebam o *feedback* dado pelos docentes.

Critérios de Avaliação – indicadores mais utilizados na avaliação. Têm como finalidade melhorar a fiabilidade das classificações atribuídas.

A **Avaliação Normativa** baseia-se na atuação de cada aluno e este é comparado e analisado com o desempenho médio do grupo de que faz parte.

Na **Avaliação Criterial** o desempenho do aluno é analisado por referência a objetivos de aprendizagem.

O **Feedback** é o real conteúdo da avaliação formativa, permitindo um maior envolvimento no processo ensino/aprendizagem, pois é através dele que os alunos sabem o que têm de aprender, onde se encontram em relação à aprendizagem e o que têm de fazer para aprender e/ ou evoluir. Possibilita ao professor a organização de atividades direcionadas para melhorar o processo de avaliação, tendo como destinatário o aluno. É constituído por três componentes: *feed up*, *feed back* e *feed forward*.

O **Feed Up** tem como finalidade esclarecer os objetivos, assim como os critérios, que permitem ao professor e aos alunos desenvolver processos de regulação e autorregulação formativa.

O **Feed Back** fornece aos alunos a informação sobre a sua situação académica; indica como melhorar as suas estratégias e oferece-lhes ferramentas para desenvolverem as suas aprendizagens.

O **Feed Forward** é a ferramenta que facilita ao professor, após o *feed back*, fazer uma reorganização das suas ações de ensino e de apoio à aprendizagem. Assim, o docente consegue fazer ajustamentos que favorecem a melhoria das aprendizagens. Esta ferramenta exige ao professor a capacidade de reformulação das suas práticas, adequando-as à sua realidade escolar.

As **Rubricas**, onde são definidos os critérios de avaliação para as tarefas a realizar em sala de aula, deverão ser elaboradas com a colaboração dos alunos. Nas **rubricas analíticas**, cada critério é avaliado separadamente, pretendendo-se uma avaliação mais formativa. As **rubricas holísticas** estão mais ligadas à produção de classificações. Estas duas rubricas servem para orientar as práticas pedagógicas.

A avaliação, em qualquer nível de ensino, só fará real sentido se estiver fortemente articulada, ou mesmo integrada, com o ensino e com a aprendizagem, envolvendo alunos e professores.

2. IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO AGRUPAMENTO

A avaliação das aprendizagens dos alunos é um processo contínuo e sistemático, fornecendo, a todos os intervenientes, informações sobre o trabalho desenvolvido.

Do processo de avaliação resultará uma classificação final que cumpre a função de reconhecimento das aprendizagens dos alunos.

Para se chegar à classificação final é preciso realizar uma avaliação pedagógica que, de acordo com a Portaria 223-A, de 3 de agosto 2018, mais especificamente os artigos 20.º, 21.º e 22.º, compreende duas modalidades:

- a) Avaliação formativa;
- b) Avaliação sumativa.

2.1 AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa, avaliação para as aprendizagens (ApA), tem como propósito contribuir para que os alunos aprendam mais e melhor. É um processo contínuo, sistemático e organizado de recolha de informação com dupla natureza. É criterial, uma vez que, nos processos de ensino-aprendizagem e avaliação, as aprendizagens do aluno não são comparadas com qualquer padrão ou norma, mas analisadas recorrendo a critérios que foram previamente definidos. É ipsativa, porque está centrada no aluno. Compara o aluno com ele próprio e pressupõe sempre *feedback*.

Os objetivos de aprendizagem e os critérios de avaliação relativos às tarefas propostas devem inicialmente ser definidos e clarificados com os alunos, de modo a que estes sejam participantes ativos e comprometidos na avaliação formativa e constituam o centro de toda a ação pedagógica.

As tarefas de avaliação, elaboradas de acordo com as Aprendizagens Essenciais e os conteúdos de aprendizagem a desenvolver, devem ser diversificadas valorizando outras formas de recolha de informação para além dos testes/fichas de avaliação.

A avaliação em cada nível de educação e ensino implica princípios e procedimentos adequados às suas especificidades. Nesse sentido, importa destacar que nem todas as práticas e formas de avaliação se adequam à **educação pré-escolar**.

A avaliação na educação pré-escolar assume uma dimensão marcadamente formativa, orientando-se para as aprendizagens, desenvolvendo-se num processo contínuo e interpretativo que procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, permitindo que vá tomando consciência do que já aprendeu da forma como poderá continuar a aprender. Nesse sentido não pressupõe ações de avaliação normativas ou classificatórias.

2.2 PROCESSOS DE RECOLHA DA INFORMAÇÃO

Os educadores e os professores têm, obrigatoriamente, de recorrer a diferentes técnicas de recolha de dados para que haja rigor e fiabilidade no processo de avaliação – PRINCÍPIO DA DIVERSIFICAÇÃO.

A avaliação tem de ser discutida e participada com os alunos e partilhada com os encarregados de educação, devendo ser clara nos seus propósitos, métodos e objetos – PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.

Técnicas, Métodos e Instrumentos

Em todos os níveis de ensino, observar, registrar, documentar, planejar e avaliar constituem etapas fundamentais interligadas de um processo contínuo, desenvolvidas em ciclos sucessivos e interativos, ao longo do ano letivo.

De modo a conseguir avaliar o que a criança/aluno sabe e compreende, como pensa e aprende, o que é capaz de fazer, quais são os seus interesses, é indispensável que cada educador/professor selecione e utilize **técnicas, métodos e instrumentos** diversificados de recolha e registo de informação.

Os processos de recolha de informação (toda e qualquer ação ou dinâmica de trabalho, formal ou informal, não estruturada ou estruturada, que se desenvolve para obter dados acerca das aprendizagens e das competências dos alunos) a utilizar e a selecionar nos departamentos podem ser os seguintes:

- . Observação direta;
- . Atividades previstas no plano anual de atividades;
- . Atividades experimentais;
- . Construção de dossiês temáticos, de modelos;
- . Elaboração de relatórios e textos, apresentações, esquemas, mapas, notícias, panfletos, vídeos, cartazes, murais, entrevistas e questionários (também para pais, no caso da Educação Pré-escolar) ;
- . Debates e/ou diálogo argumentativo;
- . Guiões de trabalho;
- . Interpretação de peças vocais/instrumentais;
- . Improvisação, Leitura rítmica ou melódica respeitando a notação e simbologia musical;
- . Organização e/ou participação ativa em palestras;
- . Portfólios e e-portfólios de evidências de aprendizagem individual;
- . Provas de aptidão física, coreografias;
- . Testes práticos;
- . Trabalhos de projeto interdisciplinar;
- . Trabalhos: pesquisa, individuais, grupo, projeto;
- . Registos de observação: intervenções orais, escritas e práticas;
- . Rubricas de avaliação;
- . Questões-Aula;
- . Fichas de avaliação;
- . Autoavaliação.

Nota: É recomendável que se aplique, no máximo, duas fichas de avaliação **sumativa (com fins classificatórios)** por semestre.

3. CRITÉRIOS COMUNS DE AVALIAÇÃO

Atendendo aos pressupostos e referenciais que suportam o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e às Aprendizagens Essenciais, prevê-se a necessidade de uma definição de critérios e processos de recolha de informação diversificados, bem como um trabalho de sala de aula diferenciado, culturalmente relevante e congruente com a necessidade de promover aprendizagens mais significativas e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.

“Os critérios de avaliação explicitam aquilo que se deseja que aconteça, um ideal a alcançar. Os critérios são importantes referenciais de aprendizagem que devem ser definidos durante o processo de planificação do ensino, ser transparentes e do conhecimento dos alunos. São os critérios que, no fundo, indicam aos alunos o que eles têm de aprender e saber fazer.”
(Fernandes, *Folha de Avaliação Formativa*, 2019b)

Ao definir critérios comuns do Agrupamento para todos os níveis de ensino, assim como as descrições dos respetivos níveis de desempenho, pretende-se que os alunos compreendam o que é esperado que aprendam e o que é tido em conta na avaliação do seu trabalho.

Tendo por base as orientações do ponto 4 do artigo 18.º da portaria 223-A de 3 de agosto de 2018, foram definidos os seguintes critérios comuns de agrupamento: *Conhecimento, Participação e Criatividade*, com os descritores de desempenho que a seguir se apresentam.

Os itens que seguem não têm a pretensão de um receituário, apenas visam contribuir para a construção de um caminho comum para o Agrupamento, que tenha um propósito, que seja reflexivo, transparente e inteligível por parte dos intervenientes.

CRITÉRIOS COMUNS DO AGRUPAMENTO

Critérios	Descritores de desempenho / Menção qualitativa			
CONHECIMENTO	<p>Reconhece e compreende a informação com muita facilidade;</p> <p>Desenvolve ideias de forma ativa e inovadora;</p> <p>Mobiliza, integra e utiliza, com correção e consistência, o conhecimento para resolver problemas em diferentes contextos e áreas de aprendizagem.</p>	<p>Reconhece e compreende a informação com facilidade;</p> <p>Desenvolve ideias de forma inovadora;</p> <p>Aplica com correção o conhecimento para resolver problemas em diferentes contextos e áreas de aprendizagem.</p>	<p>Compreende a informação e aplica o conhecimento para resolver problemas em diferentes contextos e áreas de aprendizagem, seguindo orientações.</p>	<p>Não compreende a informação ou não aplica o conhecimento para resolver problemas em diferentes contextos ou áreas de aprendizagem, ainda que lhe sejam dadas orientações.</p>
PARTICIPAÇÃO	<p>Toma a iniciativa, envolvendo-se, cooperando e participando com empenho e interesse em todas as atividades;</p> <p>Partilha e comunica, com elevada correção, rigor e clareza as suas ideias, as estratégias de resolução dos desafios e as suas conclusões, utilizando com rigor a terminologia adequada;</p> <p>Interage com tolerância, empatia e responsabilidade individual e social, argumenta e aceita diferentes pontos de vista, desenvolvendo novas formas de estar, olhar e participar.</p>	<p>Aceita os desafios e participa com empenho em todas as atividades, partilhando e comunicando, com correção e clareza as suas ideias, as estratégias de resolução dos desafios e as suas conclusões, utilizando regularmente a terminologia adequada;</p> <p>Interage com tolerância, empatia e responsabilidade individual e social, argumenta e aceita diferentes pontos de vista.</p>	<p>Procura participar nas atividades, partilhando e comunicando com pouca correção e clareza as suas ideias, as estratégias de resolução dos desafios e as suas conclusões, utilizando alguma terminologia adequada;</p> <p>Tem dificuldade em interagir e nem sempre o faz com tolerância e responsabilidade individual e social;</p> <p>Argumenta com dificuldade e nem sempre aceita diferentes pontos de vista.</p>	<p>Não revela empenho em participar nas atividades;</p> <p>Não partilha e não comunica as estratégias de resolução dos desafios nem as suas conclusões e não utiliza a terminologia adequada para o fazer;</p> <p>Raramente interage e/ou nem sempre o faz com tolerância e responsabilidade individual e social;</p> <p>Não argumenta nem expõe os seus pontos de vista.</p>
CRIATIVIDADE	<p>Desenvolve, por iniciativa própria, novas ideias, projetos e soluções, de forma imaginativa e inovadora, como resultado da interação com outros ou da reflexão pessoal, aplicando-as a diferentes contextos e áreas de aprendizagem;</p> <p>Adapta-se, com muita facilidade, a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.</p>	<p>Aceita bem e responde a novos desafios, criando e aderindo a novas ideias, projetos e soluções, aplicando-as a diferentes contextos e áreas de aprendizagem;</p> <p>Adapta-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.</p>	<p>Revela insegurança na adesão a novas ideias, projetos e soluções e na sua aplicação a diferentes contextos e áreas de aprendizagem;</p> <p>Revela insegurança em se adaptar a novos contextos e novas estruturas. Sente dificuldade em mobilizar as competências, atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.</p>	<p>Mostra resistência à adesão a novas ideias, projetos e soluções, não as aplicando a diferentes contextos e áreas de aprendizagem;</p> <p>Mostra resistência em se adaptar a novos contextos e novas estruturas, não mobilizando as competências. Não está preparado para atualizar o conhecimento, nem desempenhar novas funções.</p>
	Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente

4. AVALIAÇÃO SUMATIVA

A **avaliação sumativa**, também designada avaliação das aprendizagens (AdA), ocorre normalmente após o processo de ensino e aprendizagem e traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como intenção a classificação e a produção de informação sistematizada e sintetizada que é registada e tornada pública acerca do que se considerou ter sido aprendido pelos alunos. A avaliação sumativa permite recolher, de forma pensada e deliberada, informação acerca “do que os alunos sabem e são capazes de fazer num dado momento” (Fernandes, 2008, p.358) e será utilizada para os classificar.

Pode também ser usada, se os professores assim o entenderem, para fazer um balanço das aprendizagens, dando *feedback* aos alunos e orientando-os nas suas aprendizagens, mas sem carácter classificatório. Neste caso, dá-se uma utilização formativa à avaliação sumativa que, assim, é igualmente utilizada para os alunos melhorarem e autorregularem as suas aprendizagens, tal como previsto no ponto 1 do artigo 20.º da Portaria 223-A/2018; a avaliação é formativa ou sumativa de acordo com a finalidade da recolha de informação.

A avaliação sumativa cujos resultados são utilizados com fins classificatórios rege-se por critérios de avaliação e níveis de desempenho que devem ser analisados com os alunos, para que estes saibam como vão ser classificados.

A avaliação sumativa dos alunos é feita em conselho de docentes/conselho de turma para atribuição das classificações qualitativas/quantitativas, traduzindo uma tomada de decisão sobre o percurso escolar dos alunos.

Os alunos com medidas adicionais abrangidos pela alínea b) adaptações curriculares significativas, no âmbito do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, são avaliados de acordo com o definido no Relatório Técnico-Pedagógico e respetivo Programa Educativo Individual.

Na educação pré-escolar, a avaliação assume um carácter marcadamente formativo e contextualizado, centrada nos progressos de cada criança, expressos no registo sistemático da evolução das aprendizagens, visíveis nos portefólios reflexivos construídos com as crianças. É, assim, uma avaliação formativa e formadora, não havendo lugar à avaliação sumativa, isto é, não existe classificação qualitativa ou quantitativa das aprendizagens.

No 1.º ciclo, a informação resultante da avaliação sumativa materializa-se na atribuição de uma menção qualitativa acompanhada de uma apreciação descritiva em todas as áreas curriculares.

Nos 2.º e 3.º ciclos, a informação resultante da avaliação sumativa materializa-se numa escala numérica de 1 a 5, sendo a informação final em cada período letivo um referencial do trabalho desenvolvido pelo aluno.

Neste ponto, será importante realçar o carácter formativo das menções qualitativas/quantitativas (vulgarmente designadas por “notas”) atribuídas no 1.º e no 2.º períodos, uma vez que estas dão *feedback* aos alunos e encarregados de educação sobre o desempenho dos primeiros ao longo desse período de tempo, permitindo uma melhoria das aprendizagens. A única classificação vinculativa para a progressão/transição do aluno é a do 3.º período, que se deve fundamentar num juízo acerca do que o aluno globalmente sabe e consegue fazer, em consonância com o PASEO e as AE.

De acordo com o Artigo 32.º da Portaria n.º 223-A/2018, a retenção de um aluno, no ensino básico, para os anos não terminais de ciclo, poderá ocorrer a título excepcional. Quando a retenção de um aluno se torna incontornável, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou ao conselho de turma nos 2.º e 3.º

ciclos, identificar e registar as aprendizagens não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração no ano letivo seguinte.

As menções qualitativas a utilizar nos instrumentos de avaliação serão as seguintes:

Ciclo	Intervalo percentual (%)	Menção qualitativa
1.º	0 – 49	Insuficiente
	50 – 69	Suficiente
	70 – 89	Bom
	90 – 100	Muito Bom
2.º e 3.º	0 – 19	Fraco
	20 – 49	Insuficiente
	50 – 69	Suficiente
	70 – 89	Bom
	90 – 100	Muito Bom

Os critérios de avaliação definidos para cada disciplina devem contemplar os critérios comuns definidos para o Agrupamento, os domínios/temas, a ponderação associada a cada domínio, os processos de recolha da informação e os descritores de desempenho.

A aferição do grau de cumprimento dos descritores para cada domínio de aprendizagem faz-se com recurso a processos de recolha de informação diversificados e rigorosos, que podem ser utilizados tanto na avaliação formativa como na avaliação sumativa.

A classificação, em cada um dos domínios/temas, aos quais o grupo disciplinar atribuirá uma ponderação equilibrada, baseia-se na utilização destes processos de recolha de informação, que devem ser **diversificados**. De referir que a diversidade de instrumentos de avaliação diminui o risco de se deixar alguém para trás.

Para os três ciclos do ensino básico, consideram-se os processos de recolha de informação referenciados em 2.2.

5. CONCLUSÃO

De acordo com a legislação em vigor, o regime de avaliação e certificação de aprendizagens desenvolvidas pelos alunos afirma-se como um elemento integrante e regulador de todo o processo de ensino-aprendizagem, sublinhando a dimensão eminentemente formativa da avaliação, que se quer integrada e indutora de melhorias no ensino e na aprendizagem.

Nesta senda, é um propósito da Escola assumir-se como inclusiva e promotora do desenvolvimento de competências, isto é, de combinações complexas de competências, conhecimentos, capacidades e atitudes que permitam uma efetiva adaptação dos alunos a contextos multidimensionais.

Sob a égide do PASEO, os alunos deverão ser capazes de superar os desafios do século XXI, sendo uma responsabilidade do Agrupamento promover, simultaneamente, o desenvolvimento de competências e das aprendizagens essenciais, de modo a que se sintam dotados de múltiplas literacias para fazerem face à insegurança e à incerteza, que os ajudarão a tornarem-se jovens cidadãos íntegros e responsáveis.

A avaliação acompanha intrinsecamente e sedimenta este processo complexo, proporcionando aos alunos uma participação ativa, dialógica e responsável no seu processo de aprendizagem.

É um desígnio do Agrupamento de Valadares tornar esta combinação exequível e sustentável, estruturando-a em torno de princípios e valores preconizados no Projeto Educativo e revestindo-a de intencionalidade, de transparência, de positividade, de compromisso e de bom senso.